



SEE-AC

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DO ACRE - AC

Professor PNS- P2-
Pedagogia ou Normal Superior

**EDITAL Nº 001 SEAD/SEE,
DE 23 DE MARÇO DE 2023**

CÓD: SL-034AB-23
7908433234593

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	9
2. Tipologia textual.	10
3. Ortografia oficial.	11
4. Acentuação gráfica.....	11
5. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.	13
6. Emprego do sinal indicativo de crase.....	20
7. Sintaxe da oração e do período.	21
8. Emprego dos sinais de Pontuação	24
9. Concordância nominal e verbal	26
10. Regência nominal e verbal.....	27
11. Significação das palavras. Semântica.	30
12. Redação de correspondências oficiais.	30
13. Reescritura de frase	38
14. Função social da linguagem	39
15. Relação entre a linguagem verbal e as outras linguagens.	40
16. Variação linguística.	42
17. Mecanismos de organização textual: coesão e coerência.	43
18. Figuras de linguagem	44

História e Geografia do Acre

1. História, Historiografia e Realidade Étnica e Social do Acre: A anexação do Acre ao Brasil. O processo de ocupação das terras acreanas, a ocupação indígena, a imigração nordestina e a produção da borracha e a insurreição. Organização social do Acre e expressão literária. A chegada dos “paulistas” nas terras acreanas a partir dos anos 1970 do século passado: êxodo rural, conflitos pela terra e invasões do espaço urbano. Comemorações cívicas.....	59
2. Política e Economia do Acre: Indicadores Socioeconômicos: Economia, Produto Interno Bruto, Evolução das Ocupações e do Emprego, População	62
3. Trabalhos e produção nas diferentes nações indígenas, uso e posse da terra dos indígenas da Amazônia no auge do ciclo da borracha, ocupação e utilização da terra, ocupação e disputa pela terra entre povos indígenas e grupos de interesse socioeconômico e atividades econômicas mais relevantes no estudo da história da Amazônia e do Acre	69
4. Geografia do Acre: Amazônia e características gerais: O espaço acreano. Aspectos geográficos e ecológicos da Amazônia e do Acre. Formação econômica do Acre. Processo de anexação do Acre ao Brasil: tratados e limites. O território do Acre, municípios e populações do Acre: população e localização. Nova configuração do mapa. Microrregiões. Atuais municípios. Relevo, vegetação e suas características, clima, solo, hidrografia, fluxo migratório, extrativismo e Zoneamento Ecológico do Acre.....	70
5. Hidrografia: Bacia Amazônica e principais rios do Acre	78
6. Modos de vida no campo e na cidade.....	79

Conhecimentos Específicos Professor PNS - P2 - Pedagogia ou Normal Superior

1. Didática. O papel da didática na formação profissional do professor.....	85
2. Fundamentos Legais e Teóricos da Educação	88
3. As Concepções de Educação e suas Repercussões na Organização do Trabalho Escolar.....	94
4. Didática e Tendências Pedagógicas no Brasil	101
5. A interação entre o professor e o estudante	102
6. O processo de ensino.....	106
7. O planejamento da ação didática	106
8. Avaliação da aprendizagem	106
9. Relação professor – aluno – conhecimento	115
10. Competência e compromisso do educador	115
11. O trabalho com o conhecimento escolar – interdisciplinariedade – transposição didática.....	115
12. Concepções de currículo: teorias críticas e pós-críticas.....	116
13. A função social da escolar.....	127
14. A relação escolar/comunidade	130
15. O pedagogo na escola básica	142
16. Desenvolvimento e Aprendizagem: Concepções de Aprendizagem	143
17. Construção das estruturas cognitivas – as contribuições de Piaget.....	147
18. Desenvolvimento das funções psíquicas superiores – as contribuições de Vygotsky	148
19. Princípios Metodológicos.....	150
20. Alfabetização: concepções epistemológicas	150
21. Os processos construtivos da leitura e da escrita	151
22. Aspectos metodológicos da alfabetização	152
23. Avaliação da aprendizagem no processo de alfabetização	153
24. Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais	153
25. Alfabetização e Letramento	163
26. Linguagem oral e escrita	168
27. Produção de textos	173
28. O ambiente alfabetizador e as dificuldades de aprendizagem	177
29. A alfabetização nos diferentes momentos históricos	182
30. A função social da alfabetização	186

Matemática

1. Espaço e Forma: localização de pessoas ou objetos no espaço, com base em diferentes pontos de referência e alguma indicação de posição, direção e sentido	197
2. Identificação de características do cubo e do quadrado.....	198
3. Análise de representações em malha quadriculada e fornecimento de instruções para localização e movimentação de um objeto ou pessoa no espaço usando terminologia própria.....	199
4. Análise de representações em malha quadriculada, usando coordenadas	200
5. Percepção de semelhanças e diferenças entre esferas, cilindros, cubos, cones, paralelepípedos, prisma de base triangular e pirâmide em situações que envolvam descrições orais, exploração de figuras e representações	200
6. Identificação de elementos como faces, vértices e arestas de poliedros como pirâmides, cubos e paralelepípedos e outros prismas, em situações que envolvam descrições orais, exploração de figuras e representações	207
7. Identificação de planificação de figuras tridimensionais como cubo, paralelepípedo, pirâmide	208
8. Identificação de triângulo, quadrados retângulos, pentágono e círculos, nas faces planas de uma figura tridimensional, reconhecendo lados e ângulos dos polígonos	209
9. Descrição, interpretação e representação da movimentação de uma pessoa ou objeto no espaço e construção de itinerários.	216
10. Escrita numérica: as hipóteses infantis	217
11. A função social dos números.	217
12. Construção de fatos básicos da adição, da subtração, da multiplicação e da divisão a partir de situações problema.....	218
13. Leitura e produção de escritas numéricas.	227
14. Desenvolvimento de procedimentos de cálculo: mental, escrito, exato e aproximado	228
15. Leitura e representação de tabelas e gráficos, localização e interpretação de dados neles contidos	228
16. Resolução de situações-problema envolvendo grandezas como: massa, comprimento, capacidade, temperatura	233
17. Orientações metodológicas para o estudo da Matemática nos anos iniciais do ensino fundamental.	235

Ciências

1. Ambiente: semelhanças, diferenças e elementos em comum nos diversos ambientes	275
2. Seres vivos (inter-relação).....	275
3. Equilíbrio ecológico.....	276
4. Biodiversidade	276
5. Recursos naturais	277
6. Importância da preservação	277
7. Ser humano e saúde: fases da vida, alimentação e higiene sistema imunológico, modos de transmissão e prevenção de doenças contagiosas	278
8. Recursos tecnológicos: aproveitamento do solo, água e alimentos	280
9. Orientações metodológicas para o estudo da Ciências nos anos iniciais do ensino fundamental	280

História e Geografia

1. O educando: o autoconhecimento e o lugar que o educando ocupa em seu contexto familiar e na escola.....	287
2. O espaço imediato: participação do educando como ser social, político e histórico; a presença da cultura nos modos de ser e de fazer de seu povo.....	287
3. História e cultura Afro-Brasileira.....	288
4. Deslocamentos populacionais.....	288
5. Grupos étnicos e lutas sociais.....	290
6. Organizações políticas e administrações urbanas.....	290
7. Linguagem cartográfica: leitura de mapas.....	291
8. Modos de vida no campo e na cidade.....	291
9. Papel da tecnologia na configuração de paisagens urbanas e rurais e na estruturação da vida em sociedade.....	291
10. Apropriação e transformação da natureza.....	292
11. Preservação e cuidados com o meio: como o homem usa a natureza e constrói o seu espaço; o processo industrial e suas relações no município, no estado e no país.....	292
12. Orientações metodológicas para o estudo de História e Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental.....	292

Material Digital: Legislação

1. Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.....	3
2. Lei Federal nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	42
3. Lei Federal nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação.....	58
4. Resolução CNE/CP nº 01/04 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.....	74
5. Lei Federal nº 13.146/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).....	84
6. Resolução CNE/CEB nº 04/09 - Institui Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Especial.....	101
7. Resolução CNE/CEB nº 04/10 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.....	103
8. Resolução CEE/AC nº 277/2017 - Altera no que couber a Resolução CEE/AC nº 166/2013 que estabelece normas para a Educação Especial, no tocante ao atendimento de pessoa com deficiência ou altas habilidades nas Escolas de Educação Básica do Estado do Acre.....	110
9. Resolução CNE/CP nº 2/2017 – Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.....	117

ORTOGRAFIA OFICIAL.**— Definições**

Com origem no idioma grego, no qual *orto* significa “direito”, “exato”, e *grafia* quer dizer “ação de escrever”, ortografia é o nome dado ao sistema de regras definido pela gramática normativa que indica a escrita correta das palavras. Já a Ortografia Oficial se refere às práticas ortográficas que são consideradas oficialmente como adequadas no Brasil. Os principais tópicos abordados pela ortografia são: o emprego de acentos gráficos que sinalizam vogais tônicas, abertas ou fechadas; os processos fonológicos (crase/acento grave); os sinais de pontuação elucidativos de funções sintáticas da língua e decorrentes dessas funções, entre outros.

Os acentos: esses sinais modificam o som da letra sobre a qual recaem, para que palavras com grafia similar possam ter leituras diferentes, e, por conseguinte, tenham significados distintos. Resumidamente, os acentos são agudo (deixa o som da vogal mais aberto), circunflexo (deixa o som fechado), til (que faz com que o som fique nasalado) e acento grave (para indicar crase).

O alfabeto: é a base de qualquer língua. Nele, estão estabelecidos os sinais gráficos e os sons representados por cada um dos sinais; os sinais, por sua vez, são as vogais e as consoantes.

As letras K, Y e W: antes consideradas estrangeiras, essas letras foram integradas oficialmente ao alfabeto do idioma português brasileiro em 2009, com a instauração do Novo Acordo Ortográfico. As possibilidades da vogal Y e das consoantes K e W são, basicamente, para nomes próprios e abreviaturas, como abaixo:

– Para grafar símbolos internacionais e abreviações, como *Km* (quilômetro), *W* (watt) e *Kg* (quilograma).

– Para transcrever nomes próprios estrangeiros ou seus derivados na língua portuguesa, como Britney, Washington, Nova York.

Relação som X grafia: confira abaixo os casos mais complexos do emprego da ortografia correta das palavras e suas principais regras:

“ch” ou “x”?: deve-se empregar o X nos seguintes casos:

– Em palavras de origem africana ou indígena. Exemplo: *oxum*, *abacaxi*.

– Após ditongos. Exemplo: *abaixar*, *faixa*.

– Após a sílaba inicial “en”. Exemplo: *enxada*, *enxergar*.

– Após a sílaba inicial “me”. Exemplo: *mexilhão*, *mexer*, *mexerica*.

s” ou “x”?: utiliza-se o S nos seguintes casos:

– Nos sufixos “ese”, “isa”, “ose”. Exemplo: *síntese*, *avisa*, *verminose*.

– Nos sufixos “ense”, “osa” e “oso”, quando formarem adjetivos. Exemplo: *amazonense*, *formosa*, *jocoso*.

– Nos sufixos “ês” e “esa”, quando designarem origem, título ou nacionalidade. Exemplo: *marquês/marquesa*, *holandês/holandesa*, *burguês/burguesa*.

– Nas palavras derivadas de outras cujo radical já apresenta “s”. Exemplo: *casa* – *casinha* – *casarão*; *análise* – *analisar*.

Porque, Por que, Porquê ou Por quê?

– *Porque* (junto e sem acento): é conjunção explicativa, ou seja, indica *motivo/razão*, podendo substituir o termo *pois*. Portanto, toda vez que essa substituição for possível, não haverá dúvidas de que o emprego do *porque* estará correto. Exemplo: Não choveu, *porque/pois* nada está molhado.

– *Por que* (separado e sem acento): esse formato é empregado para introduzir uma pergunta ou no lugar de “o motivo pelo qual”, para estabelecer uma relação com o termo anterior da oração. Exemplos: *Por que* ela está chorando? / Ele explicou *por que* do cancelamento do show.

– *Porquê* (junto e com acento): trata-se de um substantivo e, por isso, pode estar acompanhado por artigo, adjetivo, pronome ou numeral. Exemplo: Não ficou claro o *porquê* do cancelamento do show.

– *Por quê* (separado e com acento): deve ser empregado ao fim de frases interrogativas. Exemplo: Ela foi embora novamente. *Por quê?*

Parônimos e homônimos

– **Parônimos:** são palavras que se assemelham na grafia e na pronúncia, mas se divergem no significado. Exemplos: *absolver* (perdoar) e *absorver* (aspirar); *aprender* (tomar conhecimento) e *apreender* (capturar).

– **Homônimos:** são palavras com significados diferentes, mas que divergem na pronúncia. Exemplos: “gosto” (substantivo) e “gosto” (verbo gostar) / “este” (ponto cardeal) e “este” (pronome demonstrativo).

ACENTUAÇÃO GRÁFICA**— Definição**

A acentuação gráfica consiste no emprego do acento nas palavras grafadas com a finalidade de estabelecer, com base nas regras da língua, a intensidade e/ou a sonoridade das palavras. Isso quer dizer que os acentos gráficos servem para indicar a sílaba tônica de uma palavra ou a pronúncia de uma vogal. De acordo com as regras gramaticais vigentes, são quatro os acentos existentes na língua portuguesa:

– **Acento agudo:** Indica que a sílaba tônica da palavra tem som aberto. Ex.: *área*, *relógio*, *pássaro*.

– **Acento circunflexo:** Empregado acima das vogais “a” e “o” para indicar sílaba tônica em vogal fechada. Ex.: *acadêmico*, *âncora*, *avô*.

– **Acento grave/crase:** Indica a junção da preposição “a” com o artigo “a”. Ex.: “Chegamos à casa”. Esse acento não indica sílaba tônica!

– **Til:** Sobre as vogais “a” e “o”, indica que a vogal de determinada palavra tem som nasal, e *nem sempre* recai sobre a sílaba tônica. Exemplo: a palavra *órfã* tem um acento agudo, que indica que a sílaba forte é “o” (ou seja, é acentoônico), e um til (˜), que indica que a pronúncia da vogal “a” é nasal, não oral. Outro exemplo semelhante é a palavra *bênção*.

— Monossílabas Tônicas e Átonas

Mesmo as palavras com apenas uma sílaba podem sofrer alteração de intensidade de voz na sua pronúncia. Exemplo: observe o substantivo masculino “dó” e a preposição “do” (contração

atenuar pressões do Sul e Sudeste, mas principalmente das existentes no Acre, pela qual muitas pessoas foram mortas e expulsas de suas terras.

Embora dados do Incra indiquem a atual existência de concentração de áreas nas mãos de grandes proprietários, mesmo dentro dos projetos de colonização, esse fato não ocorria na época da criação deles. Naquela oportunidade, esses espaços foram loteados e ocupados por famílias pobres e sem-terra, basicamente seringueiros e posseiros.

Pressões vindas de vários segmentos sociais contribuíram para a criação dos projetos de colonização do Acre, entre os quais se destacaram os ex-seringueiros e posseiros expulsos dos seringais por ocasião do processo de transferência das terras acreanas para os fazendeiros do Centro-Sul.

Em meados de 70 do século XX, as tensões entre pecuaristas e latifundiários de um lado e seringueiros do outro fomentaram a expropriação destes dos seringais, dando origem a um contingente de desempregados nos bairros e no entorno das cidades acreanas. Parcela significativa de famílias migrou para os seringais da Bolívia, ali constituindo família e criando novas identidades. Esse novo ator social foi designado por um grupo de estudiosos como “brasivianos”. Contexto diferente ocorreu nos anos 80, quando os seringueiros passaram a se organizar politicamente devido as fortes tensões e pela expropriação de suas terras e da proibição do uso dos recursos naturais.

Ao custo de muitos conflitos e mortes, a sociedade acreana conseguiu redirecionar o modelo econômico implantado pelos militares na década de 60. O assassinato de líderes representativos como Wilson Pinheiro e Chico Mendes, entre outros, evidenciou a força da reação da sociedade local aos agentes externos e produziu o recuo daqueles investidores que apenas buscavam exploração de curto prazo dos recursos naturais e da força de trabalho.

A partir dos últimos anos da década de 70 e durante os anos 80 e 90, o Acre passou a ser o cenário de inúmeras experiências inovadoras de gestão de recursos naturais e investimentos sociais, em parceria com instituições nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo em que defendiam seus direitos, os diversos grupos sociais elaboravam novas propostas que foram sendo implementadas, em pequena escala, em todo o Estado.

Os conflitos foram se tornando cada vez mais explosivos e, em 1980, Wilson Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, foi assassinado. Muitas outras mortes ocorreriam, culminando com a de Chico Mendes, em 1988, que provocou o reconhecimento internacional da sua causa, na luta em defesa da floresta e de seus povos.

Não deve ser esquecida, nesse contexto, a importância crescente que as questões ambientais vêm assumindo, internacional e nacionalmente. Essa conjugação de circunstâncias fez com que as populações tradicionais recebessem apoio nacional e internacional dos diversos movimentos que apontavam a necessidade da manutenção dos recursos naturais.

Anexação

O processo de incorporação do Acre ao Brasil decorreu do desbravamento de populações do Nordeste, que o povo arame o fizeram produtivo, repetindo a proeza dos bandeirantes de São Paulo, que partiram em expedições para o interior nos séculos XVI e XVII. No caso do Acre, foram as secas nordestinas e o apelo econômico da borracha - produto que no final do século XIX alcançava preços altos nos mercados internacionais - que motivaram a movimentação de

massas humanas oriundas do Nordeste, para aquela região amazônica. Datam de 1877 os primeiros marcos de civilização efetiva ocorrida no Acre, com a chegada dos imigrantes nordestinos que iniciaram a abertura de seringais. Até então, o Acre era habitado apenas por índios não aculturados, uma vez que a expansão luso-brasileira ocorrida na Amazônia durante o período colonial, não o havia alcançado. A partir dessa época, no entanto, a região tornou-se ativa frente pioneira, que avançou pelas três vias hidrográficas existentes: o rio Acre, o Alto-Purus e o Alto-Juruá.

O território do Acre pertencia à Bolívia até o início do século XX, embora desde as primeiras décadas do século XIX a maioria da sua população fosse formada por brasileiros que exploravam os seringais e não obedeciam à autoridade boliviana, formando, na prática, um território independente e exigindo a sua anexação ao Brasil. Em 1899, na tentativa de assegurar o domínio da área, os bolivianos instituíram a cobrança de impostos e fundaram a cidade de Puerto Alonso, hoje Porto Acre. Os brasileiros revoltaram-se com tal providência, o que resultou na disseminação de vários conflitos, que somente terminaram com a assinatura, em 17 de novembro de 1903, do Tratado de Petrópolis, pelo qual o Brasil adquiriu, em parte por compra e em parte pela troca de pequenas áreas nos Estados do Amazonas e Mato Grosso, o futuro território e depois Estado do Acre.

Problemas de fronteira também existiram com o Peru, que reivindicava a propriedade de todo o Território do Acre e mais uma extensa área no Estado do Amazonas, tendo tentado estabelecer delegações administrativas e militares na região do Alto-Juruá entre os anos de 1898 e 1902, e do Alto-Purus entre 1900 e 1903. Os brasileiros, no entanto, com seus próprios recursos, forçaram os peruanos a abandonar o Alto-Purus em setembro de 1903. Com base nos títulos brasileiros e nos estudos das comissões mistas que pesquisaram as zonas do Alto-Purus e do Alto-Juruá, o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores na época, propôs ao Governo do Peru o acerto de limites firmado a 8 de setembro de 1909. Com este ato completou-se a integração política do Acre à comunidade brasileira.

A partir de 1920, a administração do Acre foi unificada e passou a ser exercida por um Governador, nomeado pelo Presidente da República. Pela Constituição de 1934, o Território passou a ter direito a dois representantes na Câmara dos Deputados. Em 1957, projeto apresentado pelo Deputado José Guiomard dos Santos elevava o Território à categoria de Estado, o que resultou na Lei nº. 4.070, de 15 de junho de 1962, sancionada pelo então Presidente da República, João Goulart. O primeiro governador do Estado do Acre foi o Senhor José Augusto de Araújo, eleito em outubro de 1962, com 7.184 votos.

A imigração dos nordestinos e a produção da borracha

Durante o século XIX, a região nordeste do Brasil passou por um período de seca e fome, o que provocou uma grande migração de nordestinos para outras regiões do país em busca de melhores condições de vida. Uma das regiões que recebeu grande parte desses migrantes foi a Amazônia, especialmente o estado do Acre.

Nessa época, a produção de borracha estava em alta demanda no mercado internacional, e o Acre se tornou um importante centro de produção do produto. Com isso, muitos nordestinos migraram para o estado em busca de trabalho nas plantações de seringueiras.

No entanto, a exploração dos trabalhadores era intensa, com longas jornadas e baixos salários. Isso gerou um grande descontentamento entre os trabalhadores e, em 1902, ocorreu a chamada Insurreição no Acre, liderada por Plácido de Castro.

A ela compete: investigar os fundamentos, as condições e modos de realização da instrução e da efetivação do ensino; converter os objetivos sociopolíticos e pedagógicos em objetivos de ensino; selecionar e organizar os conteúdos curriculares e estabelecer as estratégias para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem do aluno.

Pelo exposto, podemos afirmar que a Didática, enquanto disciplina, se preocupa com as relações interpessoais dos sujeitos no processo educativo, com a organização técnico-metodológica do processo de ensino e com a aprendizagem e a intencionalidade política da educação. É essencialmente o estudo de como ensinar para um melhor aprender (aspecto técnico); do por que ensinar, dependendo da concepção de homem e de sociedade que se tem (aspecto filosófico); e do para quê ensinar (aspecto político), pautado nas finalidades e intencionalidades sociopolíticas da educação.

Também ressalta Libâneo que o trabalho docente, isto é, a efetivação da tarefa de ensinar, é uma modalidade de trabalho pedagógico e dela se ocupa a Didática. Nessa tarefa, a Didática recebe contribuições de outras disciplinas, tais como: Filosofia da Educação, Teoria da Educação e Teoria de Organização Escolar, dentre outras.

Fundamenta-se nas ciências do comportamento e, de modo especial, na Biologia e na Psicologia da Educação, através das pesquisas experimentais.

— A didática e a formação do profissional da educação

O Papel da Didática na Formação dos Professores

Para iniciar, destaca-se o que se entende por educador. Para tanto, recorre-se a Luckesi, explicando que o educador é o profissional que se dedica à atividade de, intencionalmente, criar condições de desenvolvimento de condutas desejáveis, seja do ponto de vista do indivíduo, seja do ponto de vista do grupamento humano.

O autor caracteriza o professor como sendo aquele que passa por um processo formal de aquisição de conhecimentos e habilidades, garantidos por uma instituição oficial para o magistério, através de processos de aprendizagem estruturados².

Esse profissional, ao assumir o seu mister, terá de fazer opções teóricas, tais como: filosóficas-políticas, pela libertação; nortear a sua prática no sentido de criar modos de compreensão do mundo e adotar procedimentos metodológicos compatíveis com essas opções, realizando uma prática democrática, comprometida ideológica e efetivamente.

Luckesi, referindo-se à formação do educador, declarou que formar o educador, a meu ver, seria criar condições para que o sujeito se prepare filosófica, científica, técnica e afetivamente para o tipo de ação que vai exercer. Para tanto, serão necessárias não só aprendizagens cognitivas sobre os diversos campos de conhecimento que o auxiliem no desempenho do seu papel, mas, especialmente, o desenvolvimento de uma atitude, dialeticamente crítica, sobre o mundo e sua prática educacional.

O educador nunca estará definitivamente “pronto”, formado, pois que a sua preparação, a sua maturação se faz no dia a dia, na meditação teórica sobre a sua prática.

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs, para a formação inicial e continuada do professor da Educação Básica, promulgadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, em 2015, coloca uma atenção especial na proposta de integração entre teoria

² LIMA VERDE, Eudócio Soares. *Didática e seu objeto de estudo*. Teresina: EDUFPI, 2019.

e prática, trazendo recomendações de um desenho curricular para os cursos de licenciaturas, nos quais os professores sejam formados em condições de construir uma nova escola, visando a inserção de um aluno do século XXI.

O exercício da docência, na educação básica e no ensino superior, exigirá desse novo professor uma formação de base sólida de conhecimentos no campo específico e no campo pedagógico. No campo pedagógico, a Didática, que tem como objeto de estudo o ensino e aprendizagem, enquanto área da Pedagogia, articulada com outras disciplinas que se ocupam da educação como, Filosofia, Sociologia História, e Psicologia, dentre outras, contribuirá de forma significativa para a formação desse professor.

Professor: perfil e saberes docentes

Os filósofos gregos são considerados os primeiros professores do mundo. No Brasil, consideramos como primeiro professor o Padre José de Anchieta, que, após desembarcar no país, em de 1553, começou a ministrar aulas para os índios.

O professor é, antes de tudo, alguém que sabe alguma coisa e cuja função consiste em transmitir esse saber a outros. No entanto, as transformações advindas do processo de globalização e do quadro educacional, bem como as atuais exigências socioculturais suscitaram mudanças no perfil docente, passando esse a ser um mediador de conhecimentos e gestor de aprendizagens, apresentando novas atitudes e comportamentos perante a sociedade e à sua prática docente.

Os professores, embora trabalhem em grupos, devem atingir os indivíduos que os compõem porque são os indivíduos que aprendem. A disposição do professor para conhecer seus alunos como indivíduos deve estar impregnada de sensibilidade e de discernimento a fim de evitar as generalizações excessivas e de afogar a percepção que ele tem dos indivíduos em um agregado indistinto e pouco fértil para a adaptação de suas ações.

Assim, na atualidade, necessitamos de um professor que, não formado nessa perspectiva, busque se construir como intelectual, pesquisador de sua própria prática e do conteúdo que desenvolve, o que reitera a necessidade da formação continuada e em serviço, porque, o professor precisa mobilizar um vasto cabedal de saberes e habilidades, porque sua ação é orientada por diferentes objetivos: emocionais, sociais, cognitivos, coletivos.

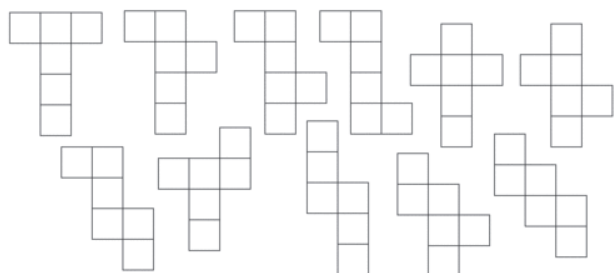
O exercício da profissão ganha mais qualidade se o professor conhece bem o funcionamento do sistema escolar (as políticas educacionais, as diretrizes legais, as relações entre a escola e a sociedade, etc.) e das escolas (sua organização interna, as formas de gestão, o currículo, os métodos de ensino, o relacionamento professor-aluno, a participação da comunidade, etc.) e aprende a estabelecer relações entre essas duas instâncias.

Em suma, o professor ideal é alguém que deve conhecer sua matéria, sua disciplina e seu programa, além de possuir certos conhecimentos relativos às ciências da educação e à pedagogia, e desenvolver um saber prático baseado em sua experiência cotidiana com os alunos.

O exercício profissional do professor, no sentido de contribuir com o funcionamento da escola, compreende, ao menos, três atribuições: a docência, a atuação na organização e na gestão da escola, e a produção de conhecimento pedagógico.

A docência é uma profissão, sendo necessária uma formação própria, para cujo exercício não basta adquirir conteúdos específicos, mas que inclua conhecimentos específicos e pedagógicos, o que exige bem mais do que conhecimento de um conteúdo exclusivo. As atividades inerentes à docência envolvem relação professor/

Abaixo temos as planificações do cubo. O cubo possui 11 planificações diferentes

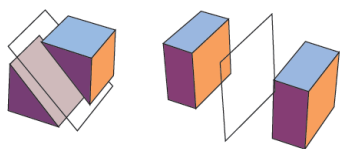


Simetria de cubos

Os cubos e os demais poliedros de Platão são simétricos. Esse fato levou os geômetras a estudar as várias simetrias do cubo e outras figuras tridimensionais.

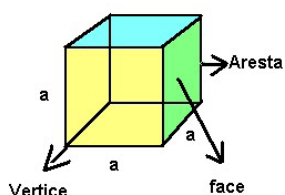
Imagine um bolo em formato cúbico; há várias maneiras de, com um único corte, decompor esse bolo em dois pedaços iguais.

Para saber onde e como fazer o corte, podemos imaginar um plano, que funciona como um espelho que permite visualizar o cubo espelhando apenas uma de suas metades.



Elementos do cubo

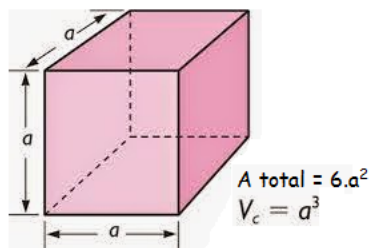
O cubo é formado pelas arestas, faces e vértices.



Área e volume do cubo

A área do cubo é dada pela área do quadrado, como são 6 faces quadradas temos: $6a^2$.

O volume do cubo é dado pela multiplicação das suas arestas conforme mostra a figura: $a \cdot a \cdot a = a^3$.



ANÁLISE DE REPRESENTAÇÕES EM MALHA QUADRICULADA E FORNECIMENTO DE INSTRUÇÕES PARA LOCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE UM OBJETO OU PESSOA NO ESPAÇO USANDO TERMINOLOGIA PRÓPRIA

MALHA QUADRICULADA

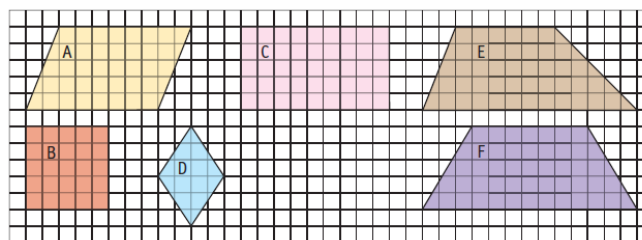
As malhas nada mais são que diversas variações e deformações possíveis do papel quadriculado, e sua função é ajudar o aluno na observação das formas geométricas e nos desenhos que ele fará a partir das propriedades da figura que observou.

As malhas podem ser utilizadas desde as séries iniciais, proporcionando aos alunos a oportunidade de familiarizar-se com os desenhos e mosaicos, as formas geométricas, as ampliações e reduções de figuras (proporcionalidade), a simetria, o conceito de área e volume e o ladrilhamento formado por motivos geométricos”.

As malhas quadriculadas é um recurso de trabalho, e a sua função é ajudar o aluno na observação das formas geométricas e nos desenhos que ela fará a partir das propriedades da figura que observou e montou, podendo ser mosaicos.

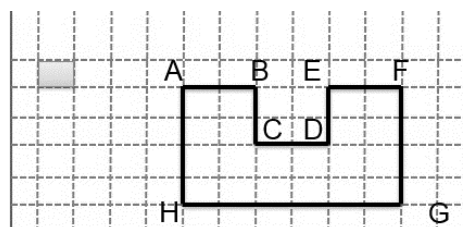
Podem ser utilizadas desde as séries iniciais até no ensino médio, no trabalho com a geometria (formas, área, perímetro), operações (especialmente a multiplicação), funções e estatística (gráficos).

Exemplo:



- Ampliação e Redução de desenhos utilizando malha quadriculada

Na figura abaixo, você pode ver o desenho de um pátio na forma de U feito numa grade quadriculada. O pequeno quadrado colorido de cinza é a unidade de medida para fazer essa figura.



RECURSOS NATURAIS

Recursos Naturais são elementos da natureza que são úteis ao ser humano e utilizados para atender suas necessidades. Eles podem ser divididos em dois tipos: os renováveis e os não-renováveis.

Os recursos naturais renováveis são aqueles que se regeneram ao longo do tempo e que podem ser utilizados sem esgotamento total. Entre eles, podemos citar a água, o ar, a energia solar, a energia eólica, os recursos florestais e a fauna silvestre. É importante destacar que o uso desses recursos deve ser feito de forma sustentável, ou seja, sem prejudicar a capacidade de renovação desses recursos.

Por outro lado, os recursos naturais não-renováveis são aqueles que têm uma quantidade limitada e que, uma vez utilizados, não podem ser renovados. Entre eles, podemos citar os combustíveis fósseis (como o petróleo e o carvão mineral) e os minérios (como o ferro, o alumínio e o ouro). Por essa razão, é importante o uso consciente desses recursos, para evitar o esgotamento total deles.

Além disso, é importante ressaltar que a exploração dos recursos naturais pode gerar impactos ambientais significativos. Por exemplo, a extração de minérios pode gerar poluição do ar e da água, além de impactar a fauna e a flora local. Por isso, é fundamental que a exploração dos recursos naturais seja feita de forma sustentável e com respeito ao meio ambiente.

Os recursos naturais são essenciais para a sobrevivência humana, mas seu uso deve ser consciente e sustentável. A preservação do meio ambiente e a utilização adequada dos recursos são fundamentais para garantir um futuro saudável e sustentável para as próximas gerações.

Recursos Naturais são elementos da natureza que são úteis ao ser humano e utilizados para atender suas necessidades. Eles podem ser divididos em dois tipos: os renováveis e os não-renováveis.

Os recursos naturais renováveis são aqueles que se regeneram ao longo do tempo e que podem ser utilizados sem esgotamento total. Entre eles, podemos citar a água, o ar, a energia solar, a energia eólica, os recursos florestais e a fauna silvestre. É importante destacar que o uso desses recursos deve ser feito de forma sustentável, ou seja, sem prejudicar a capacidade de renovação desses recursos.

Por outro lado, os recursos naturais não-renováveis são aqueles que têm uma quantidade limitada e que, uma vez utilizados, não podem ser renovados. Entre eles, podemos citar os combustíveis fósseis (como o petróleo e o carvão mineral) e os minérios (como o ferro, o alumínio e o ouro). Por essa razão, é importante o uso consciente desses recursos, para evitar o esgotamento total deles.

Além disso, é importante ressaltar que a exploração dos recursos naturais pode gerar impactos ambientais significativos. Por exemplo, a extração de minérios pode gerar poluição do ar e da água, além de impactar a fauna e a flora local. Por isso, é fundamental que a exploração dos recursos naturais seja feita de forma sustentável e com respeito ao meio ambiente.

A biologia estuda os recursos naturais de várias maneiras. Uma delas é a ecologia, que é uma área da biologia que se concentra nas interações entre os seres vivos e o ambiente em que vivem. A ecologia ajuda a entender como os recursos naturais são utilizados pelos seres vivos, como as populações crescem e declinam, e como os ecossistemas funcionam.

Outra área da biologia que estuda os recursos naturais é a biotecnologia, que utiliza organismos vivos para produzir produtos úteis para os seres humanos, como alimentos, medicamentos e biocombustíveis. A biotecnologia também pode ajudar a desenvolver tecnologias para preservar e proteger os recursos naturais.

Além disso, a genética também é uma área da biologia que pode ser usada para estudar os recursos naturais. Através da análise genética, é possível entender melhor a diversidade de espécies, a evolução das populações e a conservação da biodiversidade.

O uso dos recursos naturais de forma sustentável ocorre quando se equilibra a utilização desses recursos com a capacidade de reposição e regeneração deles. Isso implica na utilização dos recursos naturais de forma responsável, visando não comprometer as gerações futuras.

Algumas formas de se utilizar os recursos naturais de forma sustentável incluem:

- **Conservação e proteção dos recursos naturais:** a preservação dos ecossistemas e da biodiversidade é fundamental para garantir a disponibilidade dos recursos naturais a longo prazo. Isso envolve ações como a proteção de áreas naturais, a recuperação de áreas degradadas, o controle da poluição, entre outros.
- **Uso eficiente dos recursos:** a utilização eficiente dos recursos naturais pode ser alcançada através da adoção de práticas de conservação de energia e de água, da redução do desperdício e da utilização de tecnologias mais limpas e eficientes.
- **Promoção do desenvolvimento sustentável:** o desenvolvimento econômico e social deve ser realizado de forma a respeitar os limites dos recursos naturais e a garantir a qualidade de vida das gerações futuras. Isso implica em adotar práticas sustentáveis nos setores produtivos e estimular a economia verde.
- **Educação ambiental:** a conscientização da população sobre a importância da conservação dos recursos naturais é fundamental para a promoção do uso sustentável deles. A educação ambiental pode ser realizada através de campanhas educativas, programas de educação formal e não-formal, entre outros.

O uso sustentável dos recursos naturais é uma questão fundamental para a conservação do meio ambiente e para a garantia da qualidade de vida das gerações presentes e futuras. Isso implica em adotar práticas responsáveis em relação à utilização dos recursos naturais, de forma a equilibrar a demanda atual com a capacidade de reposição e regeneração deles.

IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO

A preservação é um tema cada vez mais importante nos dias atuais, principalmente quando se trata de recursos naturais. O termo preservação significa proteger, conservar, manter algo em bom estado, e quando falamos em preservação ambiental, estamos nos referindo à proteção da natureza e de seus recursos naturais.

A preservação é fundamental para garantir a manutenção do equilíbrio ecológico do planeta. Os recursos naturais, como água, ar, solo, flora e fauna, são essenciais para a sobrevivência da humanidade e de todos os seres vivos. A utilização desses recursos de forma desordenada pode causar sérios danos ao meio ambiente e à vida humana.